



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 22ª
(VIGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 30 DE MARÇO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão ordinária tem como marco principal a análise do projeto de lei que concede reajuste a diversas carreiras da Administração Direta e Autarquias do Governo do Distrito Federal, bem como outros benefícios aos servidores públicos do Poder Executivo distrital.

Convido a Deputada Eliana Pedrosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 59, de 05/04/2010, juntamente com a ata sucinta da 22ª Sessão Ordinária.)

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas as seguintes:

- Ata da 7ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 21ª Sessão Ordinária;
- Ata da 20ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é sabido por todos que foi construído um acordo com todos os Líderes desta Casa para que, no dia de hoje, este Parlamento aprecie o projeto que concede reajuste aos servidores públicos do Distrito Federal. Há diversas categorias.

Como Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores – representando a companheira Deputada Erika Kokay, o Deputado Chico Leite e o companheiro Deputado Cabo Patrício, bem como, tenho certeza, todos os demais Líderes desta Casa –, peço a V.Exa. que, até em respeito a esses trabalhadores, a esses servidores, coloquemos como primeiro item da Ordem do Dia a apreciação desse projeto, inclusive abrindo mão, Sr. Presidente, dos Comunicados de Líderes e de Parlamentares para que apreciemos, de maneira objetiva, essa matéria. Como muitos desses servidores já estão aqui há algumas horas, é importante que apreciemos esse projeto como primeiro ponto da Ordem do Dia.

Além disso, solicito que, após a votação do projeto dos servidores, apreciemos também o projeto relacionado aos trabalhadores de quiosques, *trailers* e similares, que se encontram na Câmara. Há também a matéria relacionada aos taxistas.

Portanto, peço que apreciemos de imediato o projeto dos servidores públicos e, em seguida, as demais matérias, conforme já tinha sido dito por V.Exa. e pelo Deputado Cabo Patrício.

Esta é a questão de ordem que faço neste momento, em nome da Liderança: apreciação, como primeiro item da Ordem do Dia, do projeto dos servidores públicos.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Deputado Paulo Tadeu, defiro a questão de ordem de V.Exa. quanto à primeira parte. Apreciaremos, como primeiro item da pauta, o Projeto de Lei nº 1.550, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “reajusta as tabelas de vencimentos das carreiras que menciona e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Quanto aos demais pleitos de V.Exa., nós haveremos de discuti-los agora sob o comando do Presidente desta Casa Legislativa, Deputado Cabo Patrício.

Cumprimento a galeria, composta por servidores públicos que estão aguardando a votação do projeto e por pessoas que aqui estão por causa do projeto referente aos quiosques, *trailers* e ambulantes do DF.

(Assume a Presidência o Deputado Cabo Patrício.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a posição do Partido Democratas também é a de que possamos apreciar nesta data de hoje, inclusive como primeiro item de pauta, a votação dos aumentos dos servidores e dos demais benefícios. Espero que consigamos esgotar a pauta que foi proposta pelo Deputado Paulo Tadeu, porque a questão dos taxistas e dos quiosques também é muito importante.

Temos ainda o dever de casa de votarmos o projeto de lei que vai dar um norte à eleição indireta para Governador do Distrito Federal neste mandato tampão.

Então, essa é a posição do Partido Democratas nesta Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como já disse o nosso Líder, queremos votar imediatamente o projeto de reajuste dos servidores, até porque ele foi fruto de uma série de negociações. A Comissão de Assuntos Sociais esteve presente quinta-feira e conseguiu avanços no que diz respeito aos técnicos penitenciários, aos técnicos fazendários, aos servidores da carreira de gestão urbana e também aos especialistas da carreira de assistência à saúde. Nós pleiteamos – estávamos lá, pela Comissão de Assuntos Sociais, que tenho a honra de presidir – e foi antecipado o prazo de redução da jornada, pois os especialistas eram discriminados, Sr. Presidente, sem nenhuma dúvida, com relação a outras categorias de nível superior, de assistência à saúde. Portanto, devemos votar esse projeto.

Estamos de acordo com a questão aqui levantada e deferida. Entretanto, não temos *quorum* neste momento. Estamos com 9 Parlamentares presentes. Precisamos de 13 Parlamentares. Sugiro, então, e esta é a minha solicitação, que se faça a chamada de todos os Parlamentares, já que ainda não foi feita, e se convoquem os Parlamentares que estão na Casa, em seus gabinetes, para que venham ao plenário, porque temos de votar a matéria hoje. Amanhã, esse projeto tem que estar publicado, já devidamente sancionado, senão os servidores não terão como receber



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

os seus reajustes neste ano, uma vez que quinta-feira será ponto facultativo. Temos que votá-lo hoje, em primeiro e segundo turnos, mas precisamos de *quorum*. Há 10 Parlamentares presentes agora. Precisamos de 13. Sugiro, portanto, que se faça a chamada e que se convoquem os Parlamentares para, imediatamente, passarmos à apreciação e à aprovação do reajuste dos servidores.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho a posição de que não se devem votar projetos em primeiro e segundo turnos no mesmo dia, bem como a redação final, mas, neste caso dos servidores, em virtude da exiguidade do tempo e pelo fato de se tratar de uma causa justa, darei unanimidade para que o projeto seja votado na tarde de hoje, em primeiro e segundo turnos, e também a redação final, para que assim os servidores tenham o aumento merecido e justo.

Quero dizer, também, Sr. Presidente, que votarei a favor – aliás, já discurssei favoravelmente ao aumento de algumas categorias profissionais –, porque considero plenamente justa a reivindicação dos psicólogos, dos nutricionistas, dos assistentes sociais, dos fisioterapeutas, dos farmacêuticos. Eles fizeram concurso para 24 horas, mas também fizeram concurso para 24 horas os médicos, os dentistas, os enfermeiros. Penso que a isonomia é uma questão de justiça. Então, esta Casa não pode agir com dois pesos e duas medidas. Se foram dadas a essas categorias as 20 horas, também é justo que sejam dadas a essas outras categorias, também da área de saúde, o mesmo tratamento. É uma questão de isonomia, de justiça, e não se podem utilizar dois pesos e duas medidas. Acho que devemos votar a matéria o quanto antes, assim que tivermos *quorum*, ainda na tarde de hoje, em primeiro e segundo turnos, e a redação final. Se fosse um projeto que não tivesse respaldo orçamentário ou que ferisse a Lei de Responsabilidade Fiscal, eu seria o primeiro a ser contrário. Tenho defendido nesta Casa, desde que cheguei aqui, o princípio da responsabilidade fiscal. Um governo não pode gastar mais do que arrecada. Isso, para mim, é princípio. Mas, nesse caso, há respaldo financeiro, há respaldo orçamentário. Portanto, não há motivo para esta Casa, hoje, não dar aumento a esses servidores, não aprovar esse aumento em primeiro e segundo turnos, e também a redação final.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo a V.Exa. Efetivamente, só se fala em aumento. O servidor não está preocupado só com aumento. Há carreiras sendo reestruturadas, tabelas novas sendo criadas, e redução de jornada de trabalho, para tratar os iguais de forma igual, porque o Governo vinha tratando os iguais de forma diferente. Há



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

peessoas da área de saúde que trabalham 20 horas, e outros profissionais têm que trabalhar 24 horas! Então, eu gostaria de pedir a V.Exa. que pudéssemos, efetivamente, não só aprovar tudo o que é de interesse dos servidores – como servidor, faço este apelo e sei que a maioria dos Pares, acredito que os 24, pensam da mesma forma –, mas também pensar na questão do projeto dos taxistas, que está nesta Casa há muito tempo. Eles precisam disso, são pais de família que também dependem desse gesto nosso, da aprovação do projeto. Peço isso a V.Exa.

É muito engraçado, às vezes, as pessoas dizerem assim: “Ah não precisa dar aumento para servidor”. Eu queria saber que políticos são esses que dizem que é corrupção dar aumento para servidor. Muito pelo contrário, o servidor é funcionário público, é governo. Os políticos estão governo. Eles só voltam se forem reeleitos. Então, é preciso valorizar o servidor público, que é quem faz toda a máquina funcionar. É o servidor de carreira, é o servidor concursado que conhece do riscado e não os apadrinhados políticos, que, muitas vezes, chegam aos órgãos não sabendo nada e ganham o cargo cheio, enquanto nós, servidores públicos, quando ocupamos um cargo, só ganhamos 55%. Espero que esta Casa, hoje, faça justiça e, efetivamente, possa contemplá-los, mas que, antes, possamos olhar projeto por projeto, item por item, para ver se não está havendo perda salarial para nenhuma categoria.

Obrigado.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vou reforçar aqui o que já foi dito pelos colegas, especialmente pelo Deputado Reguffe. Devemos votar o projeto do reajuste dos servidores públicos em primeiro e segundo turnos. O que esses trabalhadores pedem é mais do que justo. Não estamos fazendo favor nenhum a eles. Eles são trabalhadores e necessitam desse aumento para continuar com a sua vida familiar. Acho que o momento é este. Se podemos responder a este apelo, que seja agora!

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas renovar o que disse a Deputada Eliana Pedrosa e o Deputado Rôney Nemer, com muita ênfase, sobre o Projeto de Lei nº 1.505, de 2009, que é o projeto dos taxistas, que está nesta Casa, dormita nesta Casa desde o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

dia 25 de março de 2010, e vem corrigir uma das ações atrabiliárias da Secretaria de Transportes, que malferiu o direito dos taxistas quanto à bandeira 2. Então, seria bom que colocássemos na pauta também o Projeto de Lei nº 1.505, de 2009, logo após o projeto prioritário, referente ao reajuste dos servidores.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Certo, Deputado Milton Barbosa. Acato a questão de ordem de V.Exa. e de vários Deputados para que votemos o projeto de reajuste e reestruturação dos servidores públicos em primeiro e segundo turnos. Há também acordo para que seja incluído na pauta o projeto dos quiosques e similares e dos *trailers*, cujos interessados também estão na galeria, e o dos taxistas, que já vieram a esta Casa várias vezes. Então, estando esses projetos acordados no Colégio de Líderes, que possamos incluí-los na pauta e fazer a votação no dia de hoje!

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	7



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGUINALDO DE JESUS - PRB		X	
ALÍRIO NETO - PPS		X	
AYLTON GOMES - PR	X		
BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X		
BENEDITO DOMINGOS – PP	X		
BENÍCIO TAVARES – PMDB		X	
CABO PATRÍCIO – PT	X		
CHICO LEITE – PT	X		
CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X		
DOUTOR CHARLES – PTB	X		
ELIANA PEDROSA - DEM	X		
ÉRIKA KOKAY – PT	X		
EURIDES BRITO – PMDB	X		
JAQUELINE RORIZ – PMN	X		
MILTON BARBOSA – PSDB	X		
PEDRO DO OVO – PRP		X	
PAULO RORIZ – DEM		X	
PAULO TADEU – PT	X		
RAAD MASSOUH - DEM		X	
RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB	X		
REGUFFE – PDT	X		
ROGÉRIO ULYSSES		X	
RÔNEY NEMER - PMDB	X		
TOTAL	16	07	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Estão presentes 16 Deputados, sete ausências. Há, portanto, *quorum* regimental para iniciarmos a votação dos projetos mencionados pelos Srs. Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 01:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.550, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “reajusta as tabelas de vencimento das carreiras que menciona e dá outras providências”.

Solicito à Deputada Erika Kokay que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.550, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “reajusta as tabelas de vencimento das carreiras que menciona e dá outras providências”.

O projeto é extremamente justo aos servidores do Distrito Federal, envolve várias categorias, fruto de uma negociação que não pode se efetivar em função da crise política do Distrito Federal.

Os servidores não podem ser penalizados duplamente, nem a sociedade, porque, ao se reajustar os salários dos servidores, está-se investindo na qualidade dos serviços públicos, o que é absolutamente fundamental para a defesa da qualidade de vida, que, em última instância, significa felicidade. Qualidade de vida significa felicidade.

Nós recebemos o projeto e abrimos espaço para várias categorias na Comissão de Assuntos Sociais. Uma delas é a dos técnicos penitenciários, que abriram suas reivindicações na Comissão de Assuntos Sociais. As outras: a carreira de gestão urbana, os especialistas em assistência à saúde, os servidores do SAMU e também os técnicos fazendários. Nós levamos essas reivindicações ao Governador do Distrito Federal e arrancamos, em uma negociação juntos aos servidores, o adicional por exposição de risco para os técnicos penitenciários, injustiçados que estavam até então. Arrancamos ainda a gratificação para os servidores do SAMU, sobre os quais havia uma penalização indireta por estarem no SAMU, pois não tinham a gratificação que, por exemplo, há em outras unidades de saúde. Os servidores do SAMU arcavam com o seu próprio uniforme, despendendo mais de mil reais por ano para comprar o seu uniforme. A partir deste instante, isso será arcado pela Secretaria de Saúde, como tem que ser. Além disso, nós também conseguimos a ampliação das férias, como existe para os servidores de pronto atendimento nas unidades de saúde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Com relação aos técnicos fazendários, discriminados, porque a função da Secretaria de Finanças é fundamentalmente exercida pelos técnicos fazendários da Secretaria de Fazenda, não há que se discriminar e fazer um recorte porque as ditas carreiras típicas não funcionam sem os técnicos fazendários, sem a carreira de apoio fazendário. E conseguimos um reajuste em duas parcelas como das demais categorias.

Além disso, conseguimos manter em 12% a gratificação para a carreira de gestão urbana e asseguramos também recursos na LOA para a reestruturação da carreira de técnico penitenciário para o próximo ano.

Quanto à carreira de especialista em assistência à saúde, não tem lógica ter a jornada diferenciada das demais categorias. Uma unidade de saúde funciona dialética e globalmente. O SUS já implementa a multidisciplinaridade. As carreiras de assistência à saúde não são centradas em uma, duas ou três carreiras, mas delas fazem parte todos que constroem a saúde, que lidam com a vida e que possibilitam um entendimento de que saúde não é o contrário de doença, mas é você se sentir vivo na integralidade humana.

Além disso, nós vamos apresentar na avaliação da próxima comissão mais dois aspectos a serem considerados: um no que diz respeito ao compromisso do Governador para que tenhamos um adiantamento da parcela dos servidores da carreira de assistência social da SEDEST, SEJUS e da Assistência Social. E o segundo: a injustiça que levamos no que diz respeito à supressão da gratificação por atendimento ao público dos servidores do *Na Hora*, quando estão em licenças permitidas e licenças autorizadas. São duas reivindicações que estamos discutindo como tratá-las ainda no dia de hoje.

Mas, por fim, Sr. Presidente, por tudo isso, somos pela valorização da carreira de meio ambiente, pela valorização de todos os servidores públicos, porque esse é o maior investimento, o que ainda vai nos deixar mais de dois pontos percentuais abaixo do limite prudencial; portanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal não está sendo ferida. Sem se considerar que vai haver um aumento de arrecadação que já está estimado e previsto em quase um bilhão, que vai absorver todas as despesas, que não são despesas, são investimentos com o reajuste da carreira dos servidores.

Por tudo isso, em defesa de Brasília, do serviço público e das políticas públicas, nós votamos favoráveis ao referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O parecer da Comissão de Assuntos Sociais é pela admissibilidade.

Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Deputado Cristiano Araújo que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, designo o Deputado Benedito Domingos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Benedito Domingos, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.550, de 2010, que “reajusta as tabelas de vencimento das carreiras que menciona e dá outras providências”.

Verificamos o projeto encaminhado por S.Exa., o Governador, e verificamos que já há previsão orçamentária, não implicará no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro dos limites previstos nas nossas leis e na nossa Constituição. Portanto, opinamos para que seja aprovada a referida proposta por fazer justiça a essa grande classe de servidores públicos que esperam do nosso Poder Legislativo a ratificação desta lei, desse projeto de lei, para que eles possam receber os benefícios, já que a legislação tem que ser aprovada hoje, sancionada e publicada para não contrariar as normas vigentes.

Portanto, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 1.550, de 2010.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Deputado Raad Massouh que profira parecer pela Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Solicito ao Deputado Cristiano Araújo, Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, designo a Deputada Eurides Brito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.550, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “reajusta as tabelas de vencimento das carreiras que menciona e dá outras providências”.

Estão elencadas as carreiras tratadas neste projeto de lei. Eu gostaria de ressaltar para os servidores aqui presentes, ao cumprimentá-los, que, nas diversas andanças junto aos órgãos do Governo do Distrito Federal, sempre encontramos os colegas Parlamentares. Não há um colega sequer que não tenha participado de uma, duas ou três categorias, ou de grupos. Todos realmente trabalharam muito para que isso pudesse acontecer.

Ainda ontem, acho que a última emenda foi a de se fazer justiça aos engenheiros e arquitetos da Secretaria de Educação com a criação realmente da gratificação a este grupo, que tem sido por anos esquecido. Estamos hoje vendo que o reajuste começa com o pessoal da área cultural, passa pela área da carreira de atividades jurídicas, atividades rodoviárias, limpeza urbana, enfim, todos os órgãos.

Isso não é mérito de nenhum de nós, é mérito da luta dos servidores, é mérito do acompanhamento e da sensibilidade do Governo ao enviar a mensagem a esta Casa.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O Projeto de Lei nº 1.550, de 2010, está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme V.Exa. nos prometeu, a mim e ao grupo de taxistas que nos procurou, colocaríamos em votação assim que entrasse em pauta – e entrou – o Projeto de Lei nº 1.505, de 2009, que “altera a Lei nº 4.056, de 13 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o serviço de táxi, atividade de interesse público que consiste no transporte de passageiros e de bens em veículo de aluguel a taxímetro, e dá outras providências”.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Milton Barbosa, na verdade, foi apresentado um substitutivo a este projeto.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Não foi apresentado substitutivo. O substitutivo é para os “trailistas”. Não há substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Milton Barbosa, V.Exa. está correto. Neste projeto dos taxistas não há substitutivo.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.505, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.056, de 13 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o serviço de táxi, atividade de interesse público que consiste no transporte de passageiros e de bens em veículo de aluguel a taxímetro, e dá outras providências”.

A Presidência designa a Deputada Erika Kokay para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Erika Kokay, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.505, de 2009, que “altera a Lei nº 4.056, de 13 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o serviço de táxi, atividade de interesse público que consiste no transporte de passageiros e de bens em veículo de aluguel a taxímetro, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, estamos aqui corrigindo uma injustiça que foi implementada à família dos taxistas. Quando se tirou a bandeira 2



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

do trajeto até o Aeroporto Internacional de Brasília, nós colocamos os taxistas numa situação absolutamente cruel.

Eu gostaria que cada um de nós pudesse viver um dia de taxista, pudesse viver o que é, muitas vezes, dormir no carro, o que é muitas vezes ser o boia-fria que transporta as pessoas e transporta as vidas no seu dia a dia, e pudesse viver com a redução dos recursos ao retirar a bandeira 2 do trajeto do aeroporto. Os taxistas que vivem disso sabem exatamente do que eu estou falando, sabem exatamente como isso representou um orçamento diminuído, como isso representou muitas vezes uma corrida com risco, porque taxista está na rua, sujeito inclusive a todas as formas de violência e a todos os riscos.

Mas não é só isso, Sr. Presidente, nós temos que ainda caminhar muito. Nós queremos discutir nesta Casa a questão da pintura obrigatória para os táxis, que muitas vezes acaba por danificar o próprio táxi e representa um aumento de despesas para os taxistas. Nós queremos discutir outras situações que envolvem o dia a dia dos taxistas. Nós queremos que esta categoria, que é fundamental para o transporte no Distrito Federal, tenha dignidade pela função social que exerce todos os dias. E que ela possa, enfim, ter a segurança do dia seguinte, que devolvam a ela a bandeira 2 tirada de forma injusta.

Por isso, nós, pela Comissão de Assuntos Sociais, votamos sim ao Projeto de Lei nº 1.505, de 2009.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O parecer da Comissão de Assuntos Sociais é pela aprovação do referido projeto.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

Na ausência do Presidente, Deputado Cristiano Araújo, esta Presidência designa o Deputado Benedito Domingos para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Benedito Domingos, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

ao Projeto de Lei nº 1.505, de 2009, de autoria do Poder Executivo, “que altera a Lei nº 4.056, de 13 de dezembro de 2007, que ‘dispõe sobre os serviços de táxi, atividade de interesse público que consiste no transporte de passageiros e bens em veículos de aluguel a taxímetro, e dá outras providências”.

Há uma injustiça muito grande com as taxistas com a extinção do uso da bandeira 2. É uma classe que trabalha diuturnamente, infelizmente, às vezes, sem segurança; muitas vezes são assaltados e passam por situações que trazem tristezas às famílias. Mas é uma classe que luta dia e noite trazendo benefícios para a nossa cidade e que tem sido prejudicada na remuneração do seu trabalho pelo não uso da bandeira 2 em determinados setores que a lei passa a disciplinar.

Portanto, Sr. Presidente, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.505, de 2009, que repara uma injustiça muito grave cometida contra os taxistas do Distrito Federal.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Raad Massouh, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.505, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.056, de 13 de dezembro de 2007, que ‘dispõe sobre o serviço de táxi, atividade de interesse público que consiste no transporte de passageiros de bens em veículo de aluguel a taxímetro, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, o parecer é pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Registro a presença do Deputado Pedro do Ovo.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.505, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu solicito que se coloque em análise o Projeto de Lei nº 1.552, de 2010, que chegou a esta Casa. Ele define a atribuição entre o Fiscal de Atividades Urbanas e o Fiscal de Limpeza Pública, pois está havendo choque nas atribuições. Se for possível, eu agradeço.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Rôney Nemer, a Mesa fará a análise. Posteriormente eu dou uma posição a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, a ideia é apreciarmos hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Daqui a 15 minutos eu respondo a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vários Deputados haviam trabalhado em um projeto de lei para disciplinar o processo de eleição do Governador para esse mandato tampão. O projeto está aqui para entrar em tramitação. Eu sugeriria a V.Exa. que, após a votação desses projetos que estão em pauta, fôssemos à sala do cafezinho discutir esse projeto, que é de igual teor ao ato da Mesa Diretor. Que pudéssemos aprovar essa lei para que não corrêssemos o risco de fazer uma eleição fora do que está preconizado na Constituição, que cita “na forma da lei”. Entendo que tem de haver



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

uma lei. Portanto, remeto a V.Exa. uma discussão na sala do cafezinho para que possamos aprovar o projeto hoje.

Sr. Presidente, acabei de falar com o Governador em exercício. S.Exa. havia acertado com o Sindicato dos Servidores da Carreira de Assistência Social, junto com a minha presença, a antecipação para maio de 2010 do aumento que estava previsto para agosto de 2010. O Governador em exercício Wilson Lima me ligou agora dizendo que está chegando este documento aqui. O tempo que conversaríamos sobre o projeto de lei que trata da eleição seria o tempo necessário para chegar a esta Casa este outro projeto para beneficiar a carreira de Assistente Social.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a insatisfação dos arquitetos, engenheiros e técnicos da carreira de gestão pública. Efetivamente não foi honrado o acordo firmado com eles, pois conseguiram apenas 12% de uma gratificação da qual era 150. São profissionais – posso falar porque sou também arquiteto concursado do Estado – que trabalham do lado de outros que exercem as mesmas funções e atividades, mas eles percebem menos da metade que os outros profissionais. Quando vierem as outras negociações, esta Casa tem de lembrar-se de todos os profissionais de categorias que efetivamente não estão sendo contemplados da forma como devem ser neste projeto de lei. Obrigado.

Quero também lembrar os concursados do DER. Havia sido combinado que eles seriam chamados, e o Governo não se manifestou, não mostrou quais os concursados do DER. Já fizemos várias ações nesta Casa para que eles fossem chamados, e eles também não foram contemplados.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rôney Nemer, quando estivemos com o Deputado Wilson Lima, V.Exa. não pôde ir, e V.Exa. é o dono da carreira de Planejamento e Arquitetura de Gestão Urbana. Digo “dono” porque V.Exa. é um arquiteto de escol, um grande administrador, foi Secretário de Obras. Lá nós estivemos com a Fabiana, uma arquiteta boa de serviço, porque ia sair só 10%, eles fechariam com 15% para essa primeira etapa, e nós conseguimos fechar com o Secretário de Fazenda do Deputado Wilson Lima em 12%. Eu queria parabenizar as duas em nome da carreira. Tenho certeza, se não foi agora tudo, o resto virá em seguida. Podem aguardar. Um grande abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.312, de 2009, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Raimundo Ribeiro, que “altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008, que ‘estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e *trailer* para o exercício de atividades econômicas e dá outras providências”, em tramitação conjunta, pela Portaria GMD nº 16, de 29 de março de 2010, com o Projeto de Lei nº 1.434, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o prazo estipulado no art. 28 da Lei nº 4.257, de 02 de dezembro de 2008”.

A matéria não tem parecer e, como tramita em conjunto nas Comissões, devem concluí-lo, na forma do art. 155 do Regimento Interno, por substitutivo, haja vista que são alterados pontos diferentes da lei.

Solicito ao Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Dr. Charles, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Dr. Charles, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 1.312, de 2009, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Raimundo Ribeiro, que “altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008, que ‘estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e *trailer* para o exercício de atividades econômicas e dá outras providências”, em tramitação conjunta, pela Portaria GMD nº 16, de 29 de março de 2010, com o Projeto de Lei nº 1.434, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o prazo estipulado no art. 28 da Lei nº 4.257, de 02 de dezembro de 2008”.

O parecer é absolutamente favorável aos projetos na forma do substitutivo.

Sr. Presidente, gostaria de mandar um abraço a todos os quiosqueiros presentes nas galerias. Sei que foi uma luta de muitos anos até que vocês conseguissem cuidar das suas famílias de maneira digna. Parabéns a todos os quiosqueiros do Distrito Federal. Não quero me esquecer de mencionar todos os servidores que estão recebendo aumento e os servidores da área da saúde. Os servidores de nível superior da área da saúde conseguiram, depois de alguns anos, reduzir a sua carga horária, pelo que tanto lutaram e trabalharam.

Aproveito para parabenizar as assistentes sociais Francimeire, da Policlínica; a Célia, do HRT; a Marta, do HRAS, da farmácia. Parabenizo também o Dr. Moraes e o Dr. Luiz, psicoterapeuta da Ana Paula. Gostaria de parabenizar o Sr. Leandro Gregório, Presidente da ASIBRAM. Parabéns a todos vocês. Todos nós ficamos muito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

felizes. Esta Casa hoje, momento em que tem tido alguns problemas, fica muito feliz em conceder um aumento tão merecido aos servidores.

Sr. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O parecer da Comissão de Assuntos Fundiários é pela admissibilidade na forma do substitutivo.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Erika Kokay, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito à Relatora, Deputada Erika Kokay, que emita parecer da Comissão de Assuntos sociais sobre a matéria.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.312, de 2009, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Raimundo Ribeiro, que “altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008, que estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e *trailer* para o exercício de atividades econômicas e dá outras providências”, em tramitação conjunta, pela Portaria GMD nº 16, de 29 de março de 2010, com o Projeto de Lei nº 1.434, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o prazo estipulado no art. 28 da Lei nº 4.257, de 02 de dezembro de 2008”.

Sr. Presidente, primeiro esta lei define o que entende por similar. Se nós estamos falando de quiosque, *trailer* e similares, temos que definir o que é similar para que este segmento considerado similar seja contemplado com todas as conquistas dos *trailers* e quiosques desta cidade, empresários que venceram o próprio desafio da sobrevivência e hoje fazem parte do universo e do imaginário da nossa cidade. Além disso, Sr. Presidente, nós temos que definir o plano de ocupação, que é previsto na lei, mas ainda não foi definido pelo Governo do Distrito Federal. Sem o plano de ocupação, nós não vamos fazer valer a lei que regulariza quiosques, *trailers* e similares. Se nós não definirmos o que é similar, também não vamos abranger atividades econômicas semelhantes para que elas também sejam contempladas com os projetos. Além disso, nós estamos ainda apresentando o projeto de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Raimundo Ribeiro que autoriza a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

instalação de toldo retrátil nos quiosques, cabendo inclusive ao Poder Executivo constatar a sua necessidade, estabelecer e definir o tamanho e as características.

Em verdade, este projeto visa dar continuidade ao projeto aprovado por esta Casa, que foi fruto do sonho e da luta dos trailistas, quiosqueiros e de quem ocupa ou exerce atividade similar. Trata-se de dar critérios para que a lei não seja passível de dormir nas gavetas do desinteresse social ou da burocracia governamental.

Por isso, Sr. Presidente, ao defendermos a lei de 2008 que regularizou os quiosques, defendemos também, no mérito da Comissão de Assuntos Sociais, esta lei, porque ela significa, em última instância, dar efetividade à lei aprovada por esta Casa em 2008 e fazer justiça aos quiosqueiros, aos "trailistas" e a quem exerce atividade similar. Porque há uma lei que os protege, mas muitas vezes há atitudes governamentais que não os protege e negam a própria lei.

Por isso, somos favoráveis ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência solicita à Assessoria de Plenário, aos Parlamentares e à imprensa aqui presente que façam silêncio porque estamos na leitura dos pareceres e a taquigrafia está com dificuldade de fazer anotações, portanto, vamos ajudar o trabalho técnico da taquigrafia.

Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Raad Massouh, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.312, de 2009, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Raimundo Ribeiro, que "altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008, que estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e *trailer* para o exercício de atividades econômicas e dá outras providências", em tramitação conjunta, pela Portaria GMD nº 16, de 29 de março de 2010, com o Projeto de Lei nº 1.434, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o prazo estipulado no art. 28 da Lei nº 4.257, de 02 de dezembro de 2008”.

Sr. Presidente, o parecer é pela admissibilidade na forma do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas, eu não poderia deixar de me manifestar acerca desse projeto, porque entendo que é mais um passo que estamos dando no sentido do reconhecimento dessa categoria, que, durante tanto tempo, sofreu no Distrito Federal. Mas, de 2007 para cá, essa categoria conseguiu, principalmente por intermédio da UNITRAILER, vários avanços, e um deles é exatamente a aprovação desse projeto que vai definir a questão conceitual de *trailer* e similares.

Enfim, acho que a categoria está de parabéns porque, no momento em que se faz necessário, está aqui presente para solicitar a aprovação de um projeto que é mais um avanço rumo à independência da categoria e, principalmente, ao respeito a essa classe que tanto sofreu durante esse tempo. E que, depois de iniciado esse trabalho da UNITRAILER, tem conseguido realmente muitos avanços.

Eu não poderia deixar de fazer dois registros, Sr. Presidente. Primeiro, quero dizer da nossa satisfação de a Câmara Legislativa estar em um dos seus momentos mais importantes, com a galeria cheia, com os trabalhadores aqui presentes, exercendo legitimamente a pressão necessária para poder conquistar os seus direitos. Também desejo registrar, e aí com muito pesar, o falecimento daquele que foi o maior poeta que a crônica esportiva brasileira teve: Armando Nogueira. Ninguém fala hoje, no País, sobre futebol sem falar em Armando Nogueira, que, infelizmente, nos deixou neste dia.

Parabéns aos nossos amigos quiosqueiros, parabéns aos trabalhadores que estão nas galerias. Esta, realmente, é a Casa onde vocês devem buscar os seus direitos e onde vocês encontrarão a sensibilidade necessária para que se reconheçam esses direitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, serei bastante objetivo, até para que possamos dar continuidade às votações da tarde de hoje.

Eu quero primeiramente parabenizar V.Exa., Deputado Cabo Patrício, porque atendeu ao pedido dos quiosqueiros, do Sindicato – está ali o Sr. Luiz –, que vem trabalhando por essa categoria tão sofrida. Quero também parabenizar o Poder Executivo – não podemos aqui deixar de reconhecer o papel dele ao encaminhar esse projeto para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Raimundo Ribeiro. Tal projeto, ao chegar aqui, recebeu um substitutivo de minha e de sua autoria, juntamente com o Deputado Milton Barbosa, para, enfim, procurarmos avançar ainda mais nas reivindicações desses trabalhadores.

Então, eu quero dizer que esse projeto avança nos direitos dos quiosqueiros, dos donos de *trailers*, dos ambulantes do Distrito Federal. Espero que possamos dar novos passos para que essa categoria seja respeitada, para que essa categoria possa ter a tranquilidade de continuar trabalhando, sustentando as suas famílias e sustentando, inclusive, essa parte da economia do Distrito Federal, que é importante para o nosso desenvolvimento.

Então, parabéns a vocês. Continuem contando com esta Casa e com a nossa luta. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores do público aqui presente, eu queria falar em especial para as pessoas que são permissionárias e concessionárias aqui no Distrito Federal. Estou vendo aqui duas categorias. Eu queria fazer algumas reflexões importantes para anotarmos na nossa cadernetinha.

A Lei brasileira permite as concessões em três modalidades: autorização de uso, permitida até 1 ano sem licitação pública; permissão, normalmente de 3 anos; e concessão, que pode ser renovada por várias vezes.

Eu faço essa reflexão porque, quando os dois projetos vieram pela primeira vez à Câmara Legislativa do Distrito Federal, eu fiz algumas emendas para corrigir aquilo que eu acho que é justo. Emendas que permitiam, por exemplo, a transferência hereditariamente para os concessionários – aqueles que trabalham no táxi, buscando o sustento da sua família, tirando desse instrumento a sustentação da sua família, e que, por acaso, venham mais tarde a ter algum prejuízo e não possam continuar dirigindo, que pudessem passar para um filho, para a esposa; aquele que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

trabalha em um quiosque, que tem uma concessão pública, que, ao final de sua vida ou em algum momento, possa também transferir hereditariamente para a sua família, já que é proibido vender por lei, obviamente.

Isso foi questionado e inclusive foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade nos dois projetos, se vocês não sabem. São emendas de minha autoria.

Eu quero fazer uma reflexão e quero que vocês pensem naquilo que eu vou dizer agora: quais são as concessões neste País? Há mais concessões que as de táxi, ou de quiosque. As rádios e as emissoras de televisão também são concessões públicas! No entanto, quando se fala em transferência, ninguém questiona a forma como elas são feitas hoje. Quando se fala de pessoas humildes – taxistas, quiosqueiros e “trailistas” –, questiona-se até na Justiça se podem fazer a transferência. Isso é uma injustiça! As televisões têm sido passadas hereditariamente? Nunca! São vendidas! Eu lembro muito bem que havia a *TV Tupi*, depois a *Rede Manchete*, a *Rede TV* e a *Record* – inclusive a igreja Universal não tinha televisão – e foram transferidas e vendidas! E todo mundo sabe disso. É só abrir os jornais. E ninguém entrou com nenhuma ação contra eles. Mas o projeto que beneficia os taxistas e o projeto que beneficia os quiosqueiros foram questionados na Justiça. Por que, se são concessões idênticas àquelas dadas às rádios e televisões? Por quê? Obviamente porque há aqui uma situação injusta.

Eu quero dizer a vocês que fiquem tranquilos e que podem sempre contar com o meu voto aqui nesta Casa. Os concessionários, em especial, sabem muito bem que eu lutei – especialmente os quiosqueiros – para aumentar o tamanho da área. Vocês conhecem essa luta. E aos taxistas eu quero deixar bem claro – até por uma questão de justiça, porque meu pai foi taxista e eu sei da luta de vocês – que contem sempre comigo. Vocês vão ter sempre uma voz aqui na Câmara Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa-tarde. Boa-tarde, nobres Pares, nossa querida imprensa, galeria formosa que hoje reitera esta Casa e mostra o seu brilho.

Eu não poderia deixar de vir aqui, Sr. Presidente, para parabenizar todas as categorias que estão buscando aqui a sua melhora salarial. Eu, como bombeiro e funcionário público que sou, sei o quanto é duro ficar aguardando anos e anos por um aumento salarial. E hoje quantas categorias não estão aqui a reivindicar?

Quero também parabenizar os taxistas e os quiosqueiros, duas categorias que merecem o nosso apreço e o nosso carinho.

No período em que fui Administrador Regional, passei um sufoco muito grande com a questão dos quiosques, porque não havia uma lei própria, era uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 03 2010	15h20min	22ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

perseguição à AGEFIS, todo mundo queria bater em quem já trabalha há muitos anos no mesmo lugar. Passamos um apuro e pudemos contribuir com todos vocês que lutaram para que essa lei pudesse andar. Nós também demos a nossa contribuição, porque esta é uma Casa colegiada, é uma Casa de parceiros, é uma Casa que realmente tem que trabalhar em comunhão.

E está aí hoje, com certeza vai passar. Vai facilitar a vida não só dos administradores, mas dos donos de quiosques, para poderem contribuir, alimentar sua família, porque é o seu trabalho, seu sustento.

Quero dizer, como relator do projeto dos taxistas, que desde o princípio nós lutamos pela manutenção de algumas garantias.

Quero parabenizar o Deputado Alírio Neto, que foi coautor em várias emendas para dar sustentação. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O Projeto de Lei nº 1.312, de 2009, está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 19 Deputados.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, sem prejuízo das matérias que constavam da Ordem do Dia, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.505, de 2009, e o Projeto de Lei nº 1.550, de 2010, que tratam do reajuste dos servidores e dos taxistas. O projeto referente aos *trailers*, quiosques e similares, conforme acordo, seria votado hoje apenas em primeiro turno. Em segundo turno será votado posteriormente, após discussão do Colégio de Líderes.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h32min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa*
nº 61-Suplemento, de 07/04/2010.